

O falso dilema: austeridade versus políticas sociais



» LUCIANO NAKABASHI
Doutor em economia e professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP

O presidente Lula recentemente disse que não será candidato à reeleição para discutir a situação fiscal. Também disse que é preciso aumentar a correlação de forças para ajudar o povo pobre — ou seja, aumentar os gastos para essa parcela da população.

Não concordo com o primeiro ponto, mas acho fundamental o foco no segundo. Porém, não é produtivo colocar o ajuste fiscal como uma contradição às políticas públicas voltadas para a redução da pobreza, visto que colocar ordem nas contas públicas é fundamental para que se tenha recursos justamente para essas políticas.

A questão dos gastos públicos como instrumento para o crescimento e desenvolvimento econômico é algo que está na raiz do pensamento do PT e de outros partidos considerados de esquerda no Brasil. No entanto, pela vasta experiência do presidente como principal comandante do país, ele já deveria estar convencido da necessidade do equilíbrio fiscal como pré-requisito básico para o crescimento econômico.

Parte do sucesso em seu primeiro mandato foi justamente uma política fiscal responsável, que lhe deu credibilidade para governar e confiança para que os investidores apostassem no país. Foi um período de bom crescimento com melhora na distribuição de renda e que acabou se perdendo com a posterior trajetória de desequilíbrio das contas públicas.

Um bom controle das contas públicas é fundamental para aumentar a confiança dos investidores, controlar o aumento da dívida e, consequentemente, para uma trajetória sustentável de redução dos juros. Tanto a maior confiança quanto a redução dos juros são fundamentais para fomentar os investimentos produtivos, estimular a economia e, portanto, gerar empregos — inclusive para as parcelas mais vulneráveis da população.

Com o rápido processo de envelhecimento da população brasileira, a pressão sobre o déficit público decorrente dos gastos com saúde e previdenciários é um elemento de primeira ordem para a sociedade, com a discussão do déficit público devendo ser priorizada. Teremos que elevar a idade de aposentadoria e o tempo de contribuição, desvincular os gastos públicos das receitas, além de priorizar o que é importante para o país, para que possamos ter margem para gastar onde é urgente e necessário, como em políticas de redução da pobreza.

Reduzir a pobreza é fundamental para explorar melhor nosso potencial e desenvolver o país. Crianças que nascem em famílias pobres têm, em média, menor acompanhamento, menor investimento,

além de viverem em ambientes mais desestruturados e menos favoráveis ao seu desenvolvimento emocional, impactando tanto na formação do seu capital humano quanto do seu capital emocional.

Com a redução da pobreza, o auxílio psicológico para as famílias mais vulneráveis, o acesso a escolas de melhor qualidade e com conteúdo mais adequado para o desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças, teremos pessoas mais produtivas, maior geração de renda e um país mais desenvolvido economicamente, socialmente e culturalmente.

Uma das grandes diferenças dos países desenvolvidos em relação àqueles em desenvolvimento é o tamanho de sua classe média. Enquanto nos primeiros a classe média compõe a maior parte da população, no Brasil, por exemplo, a parcela daqueles que têm bom acesso à alimentação, moradia, transporte, saúde, educação e lazer é muito pequena. Ao reduzir a pobreza e aumentar a classe média, estaremos nos aproximando dos países desenvolvidos.

No entanto, para que tais políticas possam ser implementadas com sucesso, é preciso a existência de recursos disponíveis e uma economia crescendo para gerar emprego, renda e receita ao governo. Para ambos, é fundamental o controle dos gastos públicos, pois maior aumento da carga tributária será prejudicial ao crescimento econômico brasileiro.

Portanto, é fundamental discutir o déficit fiscal. Caso contrário, teremos uma economia com fraco desempenho e baixa geração de emprego e renda, sendo que a população mais pobre é a que mais perderá em tal cenário.



Câmara em turbulência administrativa



» JOSÉ NATAL
Jornalista

Há quem diga, com acentuada dose de ironia, que o deputado Hugo Motta, ao assumir a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro deste ano, tinha em mente que, para ele, Brasília tinha o peso político de João Pessoa, capital de seu estado, e o Brasil era o seu universo particular. Não vai aqui nenhum desrespeito à agradabilíssima capital nordestina, nem ao estado paraibano, xodó das tradições brasileiras, querido e amado por quem o conhece e o visita. Trata-se apenas, e com isso todos concordam, de uma aparente falta de dimensionamento da grandeza que o ato representa.

Segundo especialistas, e na leitura de quem entende de ciência política, Motta parece ter um dia sonhado ser piloto de Fórmula 1, mas, na autoescola, se limitou a aprender a dirigir veículos para amadores. Fácil entender a avaliação pessimista, ou negativa, que alguns fazem do parlamentar. Num a filtragem honesta, e severa, das atitudes e providências adotadas por ele no comando da Casa desde sua posse, a contagem de pontos não lhe dá o conforto de continuar na série A, fosse isso uma competição esportiva.

Ali, para se manter no posto, se exige coerência, competência e coragem para atacar e requer sabedoria e estatura para se defender. É visível, e quase palpável, a dificuldade do parlamentar no tratamento de questões de importância fundamental para o bom andamento do ambiente político e institucional, muitas vezes gerando reações incrivelmente desproporcionais, com reflexos no Parlamento e em outros Poderes.

Hoje, com 36 anos, Hugo Motta é o mais novo deputado a ocupar a presidência da casa. Antes dele, com 39 anos e conceituação política infinitamente diferente, Luís Eduardo Magalhães, precocemente falecido em 12 de abril de 1998, ocupou o cargo de 2 de fevereiro de 1995 a 5 de fevereiro de 1997, enaltecido, à época, por seus colegas de governo e oposição, como talentoso e sensível às demandas do Parlamento. No cargo desde o começo do ano, Motta (que também é médico) parece não ter encontrado ainda os mecanismos de ação que o retirem de uma constante e insistente turbulência administrativa.

Episódios recentes, como aqueles da ocupação da mesa da presidência da Casa e a decisão de votação de pedidos de cassação de parlamentares de forma açodada e desprovida de justas argumentações, estão frescos na memória de quem trafega pelo universo político. Também estão no painel de lembranças as cenas de gestos agressivos do deputado Glauber Braga, quando, em protesto, se apoderou da cadeira da presidência.

Mesmo sem o DNA de sua culpa no apagão das câmeras de filmagens do plenário da casa, cenário

de tumulto, sopapos e outras “gentilezas” inéditas em ambiente onde se prega a harmonia, a digital de comando será sempre dele. Ou por descaso, ou por omissão. Como sempre acontece, e como tem que ser, a tropa de choque em defesa da causa atua em todas as frentes.

O corporativismo por ali, quando se trata de defender território abrangente, é impecavelmente eficiente. Ao contrário do que muitos imaginam, nada disso é encarado com muita preocupação. O palco aceita atores de todas as vertentes e, por mais que a mídia insista em escancorar verdades secretas, a indignação não dura mais do que algumas horas. Saudosistas — ou iludidos, como alguns são taxados — lamentam que o local que deveria ser um verdadeiro e real espantado de mazelas e aves rapinas cada vez mais as receba com simpatia singular e comoventes votos de boas-vindas.

Como de hábito, em todo país democrático, os debates, as análises e as decisões que visem o bem comum da sociedade começam pela Câmara dos Deputados e, de lá, seguem seu curso. Motivo mais do que essencial e obrigatório para que quem a comanda se apodere de reflexões, autocrítica e busque, no balaio de informações, alguns rabiscos que lhe sirvam de orientação, bom senso e, mais do que nunca, eficiência e gestão imparcial.

Empossado no cargo afirmando ser profundo admirador e um dedicado seguidor dos ensinamentos de Ulysses Guimarães, exemplo inigualável do político brasileiro, Hugo Motta deve ter entendido bem o que isso representa. O tempo dirá.

Sem imprensa, não há liberdade de imprensa



» MARCELO RECH
Presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

Todos somos a favor da liberdade de imprensa, certo? Essa é uma rara unanimidade entre os defensores da democracia, porque uma imprensa livre é pilar fundamental do Estado de Direito. Mas a liberdade de imprensa não existe sem a imprensa. Portanto, a defesa de uma atividade jornalística robusta, economicamente saudável, capaz de resistir a pressões e contrariar interesses políticos e econômicos em nome do bem público deveria ser um catalisador de todas as forças da sociedade.

Infelizmente, apesar de avanços pontuais, não foi sempre o que se viu no Brasil em 2025 — em particular em regiões mais remotas, onde jornalistas e veículos ainda sofrem ameaças e retaliações por exercerem sua função com independência. O ano também marcou o ápice de um período desafiador e complexo para o jornalismo, com recuos preocupantes na liberdade de expressão no planeta e impactos da rápida ascensão da inteligência artificial (IA).

As notícias globais não são alentadoras. Dados da Repórteres Sem Fronteiras indicam que, neste ano, ao menos 67 jornalistas foram mortos no exercício da profissão. No mesmo período, 503 profissionais permaneceram presos em 47 países em razão direta de seu trabalho. Esses números revelam um ambiente hostil, e o Brasil não está imune a esse contexto, ainda que o cenário geral tenha apresentado melhorias.

Ao longo do ano, registrou-se a persistência de ataques a jornalistas e o crescimento do assédio judicial. Monitoramento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) indica o aumento do uso de ações judiciais como forma de intimidação, com o registro de 130 novos casos. Também foram observadas tentativas de censura, agressões físicas e campanhas de deslegitimação contra profissionais, em particular as mulheres jornalistas, que seguem entre as principais vítimas de ataques nas redes digitais, onde enfrentam violência verbal e difamação.

Por sua natureza crítica e pelo jornalismo vigilante, a imprensa sofre retaliações, mas, sem ela, estaríamos à beira de um apocalipse informativo. Tome-se como exemplo este ano, quando se popularizou o uso da IA para a criação de imagens e vídeos artificiais. A tecnologia avançou tanto que mesmo olhares treinados não são mais capazes de distinguir o que é realidade.

É no jornalismo profissional que encontraremos a solução. Se não pudermos mais identificar o que é embuste, estaremos à mercê de manipuladores que aplicarão golpes e enganarão o público com fins políticos, sem qualquer pudor. Sem a barreira da imprensa, marcharemos para um estado de barbárie no qual versões artificiais produzirão indignações fabricadas. Como saber, de agora em diante, o que é verdade ou empulhação? Não é simples, mas, se uma informação não tiver sido atestada por uma fonte confiável e institucional, como a imprensa, é bem possível que seja pura enganação.

Por tudo isso, revitalizar a imprensa e fortalecê-la para fazer frente ao caos informativo é um imperativo das sociedades civilizadas, antes que a insanidade nos arraste para o fundo do pântano das fake news forjadas por IA. Paradoxalmente, a inteligência artificial deveria abrir uma era dourada para que a imprensa exercesse seu papel crucial de certificação da realidade, mas ocorre o contrário.

Modelos de IA foram alimentados com arquivos e ainda se apropriam de conteúdos protegidos por direitos autorais. Essa é uma questão moral e legal decisiva para o nosso futuro coletivo. Precisamos de convergência sobre os fatos antes que mergulhemos na barbárie. Para isso, é necessário que os conteúdos jornalísticos, penosa e meticulosamente produzidos, sejam reconhecidos e devidamente remunerados pelos gigantes da tecnologia. No debate sobre remuneração pelo uso de conteúdo — grande parte protegida por paywall — acordos com valores justos seguem como a forma mais adequada de assegurar o direito autoral.

É nesse quadro que o país ingressa em 2026, ano de eleições gerais. Mais do que nunca, caberá aos jornalistas e veículos identificar e relatar os fatos com precisão para que os eleitores tomem decisões livres e informadas. Fortalecer o jornalismo não é uma pauta setorial, mas uma escolha em favor da democracia e do direito à informação.